

O Papel das Instituições Económicas no Combate à Pandemia

JOÃO BORGES DE ASSUNÇÃO¹

Professor da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa

Preliminares

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada por um vírus identificado em dezembro de 2019 na cidade chinesa de Wuhan. A doença pode dar origem a sintomas severos e levar à morte. O risco de sintomas severos ou complicações fatais é maior nos mais idosos.

Em janeiro de 2020, nos círculos económicos, a COVID-19 era vista como um risco para economia global devido ao impacto paralisador que poderia ter na economia chinesa. Seria um travão ao comércio com a China e por essa via poderia prejudicar a economia mundial.

A Organização Mundial de Saúde declarou a COVID-19 como uma emergência de saúde pública de preocupação internacional no dia 30 de janeiro de 2020. E uma pandemia no dia 11 de março.

Na Europa, o primeiro país a decretar um confinamento geral e severo foi Itália entre 8 e 9 de março. O ambiente social e mediático era de grande aflição e preocupação em todos os países da União Europeia e a pandemia era, na prática, o único assunto de conversa nos meios de comunicação social.

A esmagadora maioria da opinião pública portuguesa era favorável a medidas de confinamento severo devido ao temor que a doença provocava. O Presidente da República declarou o Estado de Emergência no dia 18 de março e colocou o país num regime de confinamento severo.

As políticas adotadas refletem acima de tudo o medo, por parte de governados e governantes. O medo de que a pandemia dizimasse “10%” da população num curto espaço de tempo. Mas também o medo do

¹ O autor agradece os comentários de João César das Neves (UCP) que muito beneficiaram o capítulo.

desconhecido², sobre uma doença nova e muito contagiosa, que poderia alterar o futuro coletivo de cada povo.

Portugal acabou por seguir as políticas públicas das economias europeias mais avançadas. A legitimação das políticas perante os cidadãos foi feita através da coordenação intergovernamental típica do processo decisório europeu, em que os critérios de valor exclusivamente nacional ficaram colocadas em plano secundário.

Para efeitos deste artigo a invasão russa da Ucrânia³ a 24 de fevereiro de 2022 representa o fim do período da pandemia, já que os desafios económicos para a economia mundial e portuguesa se alteraram de forma dramática nessa data.

Pandemia e Políticas Públicas

Tratar da saúde ou da economia? Uma outra forma de equacionar a questão é entre estratégias mais conservadoras, com retorno esperado mais baixo, ou estratégias mais arriscadas com retorno esperado mais elevado.⁴

O eclodir de uma pandemia traz grandes dificuldades na determinação das políticas públicas. Para efeitos de simplificação de análise podemos tentar separar as políticas estritamente sanitárias das políticas estritamente económicas.

As políticas estritamente sanitárias são as que decorrem das recomendações dos especialistas em epidemiologia. Podemos pensar em cinco grandes áreas: o tratamento dos doentes, a informação sobre os infetados, as políticas de confinamento, as regulamentações no uso de locais públicos, e o desenvolvimento e administração das vacinas.

As políticas estritamente económicas são a política orçamental e monetária, mas também a alteração das obrigações contratuais ou regulamentares.

² Em junho de 2020 o FMI produziu um relatório sobre a economia mundial intitulado “A crisis like no other, an uncertain recovery”, onde mostrava as dificuldades de política económica associadas à componente global da pandemia.

³ O que não significa que os custos e consequências da pandemia se tenham esgotado, mas que a evolução da economia global tem agora outros fatores com impacto material mais óbvio.

⁴ Neves (2020) explica que a generalidade dos países seguiu a estratégia de baixo risco ao tentar minimizar o número de mortes no curto prazo. *As 10 Questões da Pandemia*, João César das Neves, Edições D. Quixote, 2020.

A generalidade dos países tentou preservar o emprego e a capacidade produtiva da economia através de subsídios diretos a empresas, instituições e famílias ou mecanismos de financiamento em condições especiais mais favoráveis. Em geral estas medidas são política orçamental.

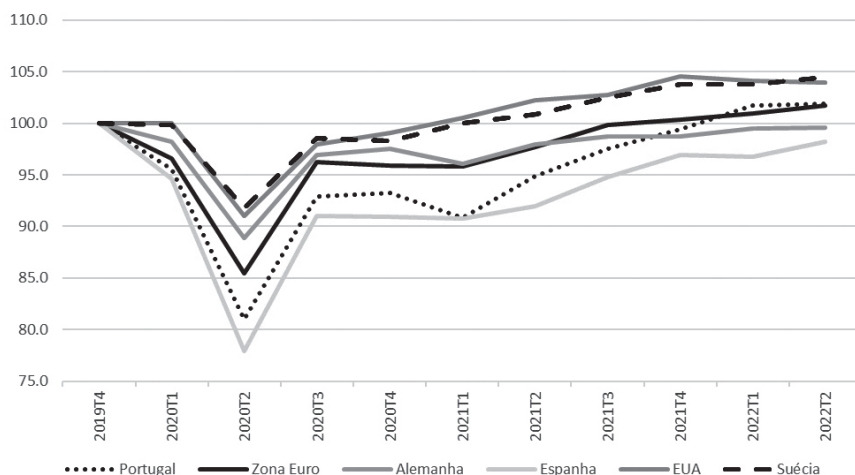
As medidas de política monetária surgiram na forma da manutenção e descida das taxas de juro de referência. Igualmente importantes foram as medidas de expansão monetária (*quantitative easing*) adotadas pelo Banco Central Europeu (BCE) e pela Reserva Federal Americana (Fed). O objetivo central destas medidas monetárias extraordinárias e heterodoxas foi a manutenção do funcionamento do sistema financeiro através duma política que na prática deu ao mercado toda a liquidez necessária ao seu funcionamento diário e, por essa via, impedindo medidas restritivas do crédito ou subidas de taxas de juro para fazer face ao enorme aumento de risco de crédito resultante da pandemia.

As principais medidas de natureza regulamentar vão desde as moratórias do crédito, e das rendas de habitação e comerciais, à suspensão dos processos de falência ou de despejo, e ainda à facilitação do incumprimento de algumas obrigações contratuais. Medidas regulamentares como uma maior liberdade na ocupação do espaço público pelas esplanadas dos estabelecimentos de restauração também se podem enquadrar neste tipo de medidas.

É importante realçar que os governos foram obrigados a adotar os dois tipos de medidas: sanitárias e económicas. Mas é importante compreender que existe uma óbvia interação entre as duas. Num certo sentido quando mais onerosas para a economia forem as medidas sanitárias tanto maiores teriam de ser as medidas económicas.

A atividade económica em Portugal contraiu-se de forma significativa durante a pandemia. Isso foi comum à economia global e à generalidade das economias dos países desenvolvidos. Mas também de muitas economias em desenvolvimento.

A economia mundial contraiu cerca de 3% em 2020 fruto do efeito combinado da pandemia e das políticas de confinamento. E em 2021 recuperou cerca de 6%, ou seja, a economia recuperou as perdas de atividade do ano de 2020, o pior da pandemia. Ainda assim, a economia mundial, em 2022, estará cerca de 3 a 4 pontos percentuais abaixo do que estaria caso o mundo não tivesse sofrido os efeitos de uma pandemia à escala planetária.

Figura 1. PIB trimestral em termos reais com base 100 no quarto trimestre de 2019

No caso das economias dos países desenvolvidos a evolução foi algo diferente. No essencial os governos investiram mais nas várias políticas sanitárias incluindo o recurso a confinamento, distanciamento social, e vacinas, compensando financeiramente as famílias e setores de atividade que poderiam não ter resistido aos efeitos económicos das políticas sanitárias.

A principal consequência económica das políticas sanitárias, em particular as políticas de confinamento, foi uma acentuada redução da atividade económica. No caso de Portugal foi no segundo trimestre de 2020 que a contração da atividade económica foi mais evidente. Assim, o Produto Interno Bruto (PIB), atingiu o rácio de 81% do nível do 4º trimestre de 2019, o último que pode ser considerado normal e pouco influenciado pelos efeitos da pandemia. A figura 1 ilustra a evolução desse indicador para um conjunto de países relevantes para compreender a complexidade dos desafios criados pela pandemia.

O gráfico da figura 1 mostra que a Suécia, talvez o país europeu com políticas sanitárias menos restritivas, viu o seu PIB descer para 91.8% do nível pré-pandemia. Pelo contrário Espanha viu a sua economia contrair ainda mais do que Portugal para 77.9% do seu nível pré-pandemia.

Como explicar diferenças tão grandes no desempenho económico dos países durante o segundo trimestre de 2020? Há vários fatores que podem explicar as diferenças, mas é importante notar que descidas desta ordem de grandeza no espaço de um trimestre são totalmente anormais. Mesmo no caso menos gravoso da Suécia.

No caso de Portugal a queda de 19% do PIB entre o quarto trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2020 poderia ter aumentado o desemprego em cerca de 10 pontos percentuais provocando uma grave crise económica e social. As instituições e as empresas revelaram uma resistência inesperada.

Claro que houve muitas famílias que perderam os seus rendimentos, e outras houve que consumiram as suas poupanças ou se endividaram. Os efeitos económicos da pandemia sobre o rendimento foram heterogéneos e apenas nos trabalhadores do setor público e nos pensionistas se pode dizer que os rendimentos se mantiveram.

Porém foi tomado um conjunto de medidas que permitiram mitigar as consequências económicas da pandemia. As medidas mais importantes foram: o *layoff* simplificado, as moratórias de crédito, a suspensão dos processos de insolvência e recuperação de crédito e as medidas de expansão monetárias por parte do BCE.

Aparentemente houve ainda uma aparente coordenação social, ou mesmo mobilização, na forma de evitar tomar decisões de redução dos quadros de pessoal por parte das empresas e das instituições do setor social.

Acresce que as empresas que operaram nos setores estratégicos para o normal funcionamento da sociedade e da economia continuaram a cumprir as suas missões.

De tal modo que não houve nos meses do confinamento notícias materiais de roturas nas cadeias de abastecimento de produtos alimentares, das redes de abastecimento de água e energia, das redes de telecomunicações ou de outros sistemas.

A sociedade congelou muitas das suas atividades normais, mas as estruturas vitais mantiveram-se em funcionamento.

Ainda assim, vale a pena notar que a qualidade do funcionamento das sociedades foi muito diferente. Por exemplo, no caso da Suécia, as restrições à atividade humana, social e laboral foram relativamente mais pequenas. E também por isso o custo económico foi menor.

Já na Alemanha ou na Áustria os apoios financeiros às famílias e empresas impedidas de desempenhar a sua atividade por razões legais foram muito maiores.

Os setores económicos encerrados também foram diferentes. Em Portugal o setor da construção continuou a operar enquanto parou quase completamente em Espanha e França.

Generalizar a partir desta heterogeneidade é perigoso. Mas agora que estão passados quase dois anos sobre a pandemia as taxas de

mortalidade não são muito diferentes entre os países da União Europeia. É difícil ligar diretamente essas diferenças nas taxas de mortalidade à qualidade das políticas sanitárias. Até porque os países aprenderam uns com os outros ao longo do tempo e foram adotando medidas qualitativamente semelhantes.

Um dos aspetos onde houve diferenças entre países foi nas políticas educativas. A tecnologia de teleconferência, por exemplo o Zoom, foi adotado em larga escala em todos os níveis de ensino. E permitiu que o ensino se mantivesse minimamente operacional. A qualidade do ensino deteriorou-se certamente, mas em termos de mera continuidade pode dizer-se que a generalidade do ensino se manteve a funcionar. No segundo trimestre de 2020 houve paragens quase totais no ensino obrigatório, particularmente no público. Mas no caso do ensino superior a generalidade das instituições conseguiu manter alguma atividade letiva pelo menos nos programas com grau.

Há certamente a percepção de que em Portugal se restringiu tempo demais as atividades educativas devido à pandemia ao longo do período 2020 a 2022, mas o mais importante é referir que também esse setor funcionou na generalidade dos países desenvolvidos, incluindo Portugal.

Em síntese pode-se concluir que a brutal queda da atividade económica no segundo trimestre de 2020 não provocou uma destruição generalizada de sistemas, empresas, instituições e empregos. Num certo sentido é como se tivesse havido uma suspensão de muitas atividades, com a correspondente redução de produção de bens ou serviços, mas sem o seu desaparecimento ou o desaparecimento do rendimento do trabalho durante esse período.

As consequências de longo prazo dessa suspensão podem ser profundas e duradouras, mas o facto de a generalidade das instituições continuarem a existir já é si mesmo um dado surpreendente que merece ser valorizado.

As diferenças de desempenho das economias dos vários países, logo no segundo trimestre de 2020, também merece uma reflexão. Por um lado, convém lembrar que as doenças contagiosas são um fenómeno que constitui um maior risco nas sociedades urbanas. Assim, países com maior densidade populacional ou uma maior percentagem da população a viver em cidades grandes seriam, nesta perspetiva, mais propensas a adotar medidas de confinamento mais restritivas e por essa via com maior impacto em termos de atividade económica.

Por outro lado, o medo provocado pela pandemia, mesmo na ausência de restrições legais ao movimento de pessoas, reduziu as viagens e o uso de espaços públicos ou de convívio comum, como seja a hotelaria e a restauração. Nesse sentido, as economias, como a portuguesa ou a espanhola, com um maior peso do turismo na sua atividade económica foram naturalmente mais afetadas pela pandemia e políticas de confinamento. Por exemplo, Espanha é um dos países da União Europeia que apresenta uma maior contração da atividade económica no segundo trimestre de 2020.

A figura 1 mostra que os Estados Unidos da América, a zona euro, a Suécia e Portugal já tinham atingido o nível pré-pandemia no primeiro trimestre de 2022 em que os efeitos da guerra da Ucrânia na economia ainda eram limitados. Pelo contrário, a Alemanha e Espanha ainda não tinham conseguido atingir os patamares pré-crise, mas já estavam relativamente próximos do nível de produção trimestral pré-pandemia.

A Possibilidade de uma Estratégia Global

A intensidade da pandemia não foi a mesma em todos os países e regiões do mundo.⁵ Isso permitiria uma certa coordenação das políticas sanitárias e económicas. Infelizmente as várias instituições que poderiam desempenhar esse papel mostraram fragilidades. A Organização Mundial de Saúde oscilou entre períodos em que parecia advogar a erradicação da doença, elogiando os países como a China que tinham sofrido primeiro os seus efeitos e que prosseguiram políticas de confinamento muito agressivas.

A coordenação poderia ter envolvido um certo grau de dessincronização nos momentos de confinamento mais severo em função da gravidade dos contágios nos vários países e regiões.

No caso das vacinas o esforço de colaboração entre as várias comunidades científicas relevantes, a indústria farmacêutica e os governos foi notável. Permitindo a descoberta de um conjunto de vacinas que foram administradas rapidamente e em larga escala nas economias mais

⁵ A taxa de mortalidade foi maior nas Américas e na Europa, e também no Sudeste Asiático. Em particular a menor taxa de mortalidade em África onde os níveis de desenvolvimento económico são inferiores acabou por justificar a menor taxa de vacinação nesses países. Nesse sentido a heterogeneidade na intensidade da doença acabou por ser um mecanismo de coordenação e compensação à escala global.

desenvolvidas. Porém, isso foi feito cumprindo critérios menos exigentes do que os habituais na aprovação das vacinas. As autoridades dos vários países decidiram que esses riscos compensavam os elevados custos económicos e humanos das políticas de confinamento muito restritivas.

No plano económico, porém, a coordenação ficou aquém do que seria desejado e as principais instituições e governos mundiais nunca conseguiram desenhar um conjunto de políticas que combinassem a vertente sanitária e económica de forma satisfatória.

Os países mais ricos e com mais poupança e capacidade de endividamento desenharam políticas económicas e sociais que protegeram melhor os seus cidadãos⁶.

Apenas os bancos centrais, em particular a Fed, o Banco Central Europeu, o Banco do Japão e o Banco de Inglaterra, coordenaram a sua ação de forma a garantir a estabilidade do sistema financeiro mundial bem como as necessidades de financiamento extraordinários dos respetivos governos.

Porém, os riscos associados a uma política monetária com taxas de juro próximas de zero durante tanto tempo e de uma compra tão elevada de obrigações do tesouro lançaram as sementes de riscos de inflação de uma dimensão nova. E podem ter colocado vários bancos centrais numa situação em que não conseguirão normalizar as políticas durante muitos anos. Ou a arriscarem uma grande instabilidade financeira se tentarem uma normalização demasiado rápida.

Dinâmicas Institucionais

As instituições e as empresas foram fortemente afetadas pela pandemia. Em particular logo no segundo trimestre de 2020.

Nessa altura algumas instituições foram forçadas a parar ou a modificar os seus modos de produção ou de trabalho para métodos remotos. Essa modalidade não foi viável para todas as organizações ou para todas as funções. Tendo em conta, porém, que a maior parte das instituições sobreviveu sem grandes alterações de estrutura é legítimo pensar que a

⁶ Lidar com a COVID-19 tornou-se na prática um problema de mitigação dos custos quer da doença quer das políticas de confinamento e distanciamento social. “Tracking the Economic Impact of COVID-19 and Mitigation Policies in Europe and the United States” by Sophia Chen, Deniz Igan, Nicola Pierri, and Andrea F. Presbitero, IMF Working paper WP/20/125, July 2020.

transformação tecnológica, mesmo que temporária, ajudou à sobrevivência das organizações.

A mobilização das pessoas em cada organização ajudou a esse objetivo. O desafio provocado pela pandemia parece ter trazido ao de cima o melhor de cada um, e criou as condições para alterações significativas nos modos de trabalho e colaboração. As tecnologias de informação e comunicação foram essenciais nesse processo. Mas a disponibilidade para a mudança e adaptação individual também.

Alguns perceberam-se de benefícios das mudanças nos modos de trabalho. Por exemplo a poupança de tempo e recursos que resulta partes significativas do trabalho poderem ser feitas de forma remota sem necessidade de deslocamentos para um local de trabalho comum ou central.

Mas por outro lado muitas tarefas, nomeadamente aquelas em que a proximidade física entre as pessoas desempenha um papel essencial para cumprimento do fim a que se destinam, foram produzidas com graus inferiores de qualidade. Nalguns casos as tarefas não foram produzidas ou falharam, com consequências dramáticas no bem-estar das pessoas afetadas.

Nalgumas atividades essenciais como na saúde e educação, muitas tarefas deixaram de ser feitas ou foram adiadas. Perdeu-se tempo de vida que nunca poderá ser verdadeiramente recuperado. Houve diagnósticos apressados e patologias ignoradas.

Nos cuidados pessoais aos idosos ou às crianças e jovens, houve atividades de acompanhamento e desenvolvimento pessoal que foram interrompidas. Como por exemplo o apoio domiciliário ou a prática desportiva.

Finalmente muitas organizações mudaram⁷ a sua natureza ao tornarem-se mais tecnológicas. Em geral houve uma maior orientação para a sobrevivência organizacional e para as tarefas urgentes e inadiáveis, como por exemplo adoção de novas ferramentas tecnológicas ou a implementação de novos procedimentos sanitários. Para segundo plano foram relegados os elementos culturais da organização incluindo as dimensões colegiais e informais das organizações, permitindo decisões mais rápidas e mais centralizadas. Assim, os seus processos de decisão mudaram e houve também oportunidades únicas para alterar os sistemas de valores organizacionais. Muitos colaboradores mais distantes

⁷ How Have Organizational Cultures Shifted During the COVID-19 Pandemic by N. Derek Brown, Yixi Chen, Hope Harrington, Paul Vicinanza, Jennifer A. Chatman, Amir Goldberg, and Sameer Srivastava, California Management Review. 2021.

dos centros de poder perderam o nexu entre a sua atividade e o propósito da instituição em que se inseriam.

Há ainda a sensação de que o confinamento e o isolamento social poderão ter alterado o equilíbrio psicológico de muitos e só o tempo mostrará a dimensão deste custo social. Que no caso dos jovens e crianças poderá deixar cicatrizes permanentes.

Há um número crescente de trabalhadores e profissionais que descobriu a possibilidade do teletrabalho e do acréscimo de liberdade e flexibilidade que pode representar. O choque da pandemia tornou este conceito compreensível para todos qualquer que seja o seu grau de formação.

As Políticas Públicas de Combate à Pandemia

A política do confinamento tornou-se a política pública mais simbólica do período da pandemia. Compreensível e inevitável nas primeiras semanas quando se temia que a pandemia pudesse ter taxas de mortalidade idênticas às que se conhecem da peste medieval.

A política do confinamento representa, porém, um compromisso entre produção e rendimento que é distribuído de forma muito assimétrica na sociedade.

Certas profissões e negócios que dependem do rendimento de serviços prestados diariamente tornam-se inviáveis. A não ser que os governos indenizem compensatoriamente as perdas de todos os prejudicados com as medidas administrativas de confinamento.

O problema é de escala. Um confinamento de duas a quatro semanas é relativamente fácil de acomodar em quase todas as atividades humanas. Corresponde a uma espécie de período de férias já previstos no funcionamento da generalidade das organizações e profissões.

O prolongar no tempo do confinamento altera a qualidade da medida e corresponde a uma efetiva expropriação de direitos. Quer de propriedade quer de direitos cívicos.

O assunto tem uma dimensão de equidade importante já que algumas instituições e trabalhadores não tiveram risco de sobrevivência ou de rendimento enquanto outras sabem que nunca irão recuperar o padrão de vida anterior.

A política do confinamento, que foi compensada de forma diferente em diferentes países, representa diferentes modos de distribuição dos benefícios e custos do distanciamento social entre os vários membros da sociedade.

O Mercado de Trabalho e o Funcionamento das Empresas

O mercado de trabalho funcionou de forma deficiente durante a pandemia. Houve menor mobilidade de emprego, menos oportunidades, e aumentou o número de oportunidades conseguidas através de familiares e amigos.

Estas disfuncionalidades não foram específicas a Portugal, mas comuns à generalidade das economias desenvolvidas.

E estes custos são particularmente severos para os jovens que ambicionavam ingressar no mercado de trabalho de forma competitiva entre 2020 e 2022.

O congelamento das estruturas sociais e produtivas foi essencial à sobrevivência da capacidade produtiva e do tecido institucional. Mas os custos desses benefícios foram distribuídos em favor dos que estavam dentro das instituições e em prejuízo dos que estavam distantes ou que pretendiam iniciar projetos novos.

Heterogeneidade Setorial e Equidade

Os setores económicos da sociedade também foram afetados de modo muito assimétrico. E isso é fator de injustiça, mas também de ineficiência.

Em traços gerais os custos suportados pelo setor privado foram maiores do que os suportados pelo setor público.

Mas alguns setores como as fileiras do turismo e da cultura foram particularmente castigados. No fundo são setores em que a irregularidade dos rendimentos e dos contratos torna difícil às autoridades públicas decidir como apoiar. Ao não conseguir estabelecer um critério as autoridades na prática decidiram não apoiar ou conceder apoios de cariz assistencial. Algo que não fizeram com as profissões com rendimentos regulares.

Mas também ao alterar as regras de obrigatoriedade de cumprimento de certos contratos, como os de arrendamento ou de certos serviços, interrompendo o normal funcionamento dos Tribunais, o Estado transferiu recursos e direitos entre entidades e famílias.

O método europeu de apoiar empresas e empregos tem o grande defeito de deixar totalmente desprotegidos os pobres que trabalham no setor informal ou vivem de biscates (que são os mais atingidos pela pandemia). É verdade que pouco se falou disto durante a pandemia, mas tal deve-se mais à falta de voz destes grupos que à ausência de efeitos.

Mais uma vez a duração do estado de exceção é essencial para aferir a equidade das medidas. A suspensão de direitos de propriedade durante duas a quatro semanas é compreensível, o seu prolongamento durante muitos meses representa uma expropriação de direitos que não foi devidamente compensada pelo Estado.

De igual modo quem vive na economia informal ou de contratação avulsa foi fortemente prejudicado pela pandemia sem ter sido financeiramente protegido. Nalguns setores de atividade patrões e empregados perderam os ativos e ou os rendimentos e os sistemas de proteção ativados não os cobriam de forma justa face aos empregos, empresas, ou instituições protegidas. Normalmente mais visíveis no plano mediático ou na sua proximidade dos poderes públicos.

A título de exemplo pense-se na dificuldade de decisão do dono de um restaurante que tem de se decidir se renova o seu contrato de arrendamento durante a pandemia. A renovação do contrato pode obrigar a contrair novos créditos por tempo indeterminado. Mas a não renovação pode obrigar ao encerramento permanente do restaurante. A pandemia gerou uma pressão psicológica muito assimétrica para diferentes profissões e atividades. As políticas públicas não protegeram de forma equitativa muitas profissões e instituições.

Mobilização Nacional: Coesão e Dissensão

A conflitualidade política e social criada pela pandemia foi relativamente elevada no mundo desenvolvido. As políticas de combate à pandemia e natureza dicotómica de algumas escolhas assim o propiciaram.

De igual modo os princípios morais que guiavam as posições individuais de cada um também facilitavam uma conceptualização assente em princípios e não a uma ponderação equilibrada entre os benefícios e custos relativos das várias alternativas.

Finalmente o risco subjacente da morte, quer em termos de estatísticas agregadas por dia e região, quer nas consequências diretas na proximidade do círculo familiar e de amigos de cada um permitia uma identificação pessoal com as consequências das várias alternativas de políticas sanitárias e económicas.

No caso de Portugal houve um grau de coesão assinalável entre os principais atores políticos e os líderes de opinião. Pode até dizer-se que a política sanitária não desempenhou um papel significativo no combate político entre os vários partidos nem nos resultados eleitorais. Ao

contrário do que parece ter acontecido noutros países com os Estados Unidos ou Espanha.

Nesse sentido terá até havido em Portugal excesso de coesão social e política. Quem criticou as políticas sanitárias do governo foi frequentemente apelidado de “negacionista” no espaço público. A expressão “coveiro” foi usada em sentido pejorativo para as pessoas que defendiam medidas sanitárias mais restritivas do que as aplicadas pelo governo. Relativamente à obrigatoriedade da vacinação, por exemplo. Ou ao grau de restrição nos movimentos nos espaços públicos durante os confinamentos.

A comunicação social mais relevante esteve bastante alinhada com as políticas do Governo e raramente deu visibilidade aos críticos. No fundo assumiu que os critérios morais e económicos que justificaram as decisões do Governo eram também os seus.

Legado de um Período Excepcional

O período da pandemia entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2022 (em que a invasão da Ucrânia pela Rússia passou a ser o assunto dominante) foi extraordinário à escala global.

Os dilemas sanitários, económicos e sociais foram semelhantes em todos os países do mundo. Qualquer que fosse o seu nível de rendimento, clima ou densidade populacional.

As restrições sérias à mobilidade pessoal e à atividade económica começaram na Europa, e em Portugal a partir de fevereiro e março de 2020.

Nas democracias ocidentais os governos tomaram decisões difíceis com o objetivo de proteger as suas populações de uma doença grave e manter a sociedade a funcionar nos seus pilares fundamentais.

Em geral os governos procuraram o auxílio dos seus melhores especialistas, e utilizaram os mecanismos formais e informais de coordenação para ir melhorando as suas políticas. Aprendeu-se muito sobre uma doença concreta e a melhor forma de a tratar.

Também se aprendeu que as sociedades sobrevivem, mesmo quando se introduzem alterações muito significativas e extraordinárias no seu modo de funcionamento.

No plano pessoal penso que na Europa e em Portugal se foi longe demais nas restrições das liberdades individuais durante demasiado tempo quando os riscos para a saúde pública já não eram tão óbvios.

O próprio processo comunicacional e político tornou difícil qualquer outra decisão. Ainda no caso de Portugal seguiu-se a liderança das decisões sanitárias e económicas dos estados em quem Portugal mais confia: no caso a Alemanha e a França.

Seria difícil ao governo de Portugal ter feito muito diferente. Nesse sentido a reflexão mais construtiva deste período é a de que Portugal beneficia da sua participação nas instituições internacionais. Muitos dos custos desse período ainda estão para vir⁸.

A própria liderança mundial no combate à pandemia poderia ter sido assumida pelos Estados Unidos da América. Infelizmente o prestígio internacional deste país estava diminuído e não teve condições de desempenhar esse papel.

⁸ The Long Economic Hangover of PANDEMICS History shows COVID-19's economic fallout may be with us for decades Òscar Jordà, Sanjay R. Singh, and Alan M. Taylor, Finance & Development, June 2020.